



## CAPÍTULO 1

# PECULIARIDADES REGIONAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA

*Antônio Márcio Buainain*

*Carlos Guanzioli*

*Hildo Meirelles de Souza Filho*

*Ferenc Istvan Bánkuti*

---

Neste capítulo são apresentadas algumas peculiaridades da agricultura familiar brasileira, segundo as regiões administrativas do País. Em um primeiro momento, são descritos dados gerais da agricultura familiar no Brasil, para que, em seguida, as peculiaridades de cada região sejam traçadas. Trata-se de um capítulo que, entre outras finalidades, introduz conceitos básicos e funciona como base para os demais capítulos do livro.

---

Ao final deste capítulo, o leitor será capaz de:

- reconhecer a importância da agricultura familiar no País;
- compreender a heterogeneidade peculiar a cada região brasileira;
- entender a importância que a diferenciação, segundo características próprias de cada região, possui para o desenvolvimento da agricultura familiar no País.

## 1. INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

A agricultura familiar brasileira é extremamente diversificada. Inclui tanto famílias que vivem e exploram minifúndios, em condições de extrema pobreza, como produtores inseridos no moderno agronegócio e que logram gerar renda várias vezes superior àquela que define a linha da pobreza. A diferenciação dos agricultores familiares está associada à própria formação dos grupos ao longo da história, a heranças culturais variadas, à experiência profissional e de vida particulares, ao acesso e à disponibilidade diferenciada de um conjunto de fatores, entre os quais, os recursos naturais, o capital humano e o capital social, e assim por diante. A diferenciação também está associada à inserção dos grupos em paisagens agrárias muito diferentes umas das outras, ao acesso diferenciado aos mercados e à inserção socioeconômica dos produtores, resultado tanto das condições particulares dos vários grupos como de oportunidades criadas pelo movimento da economia como um todo, pelas políticas públicas, etc. Dessa maneira, fica claro que as diferenças são tantas que talvez seja um equívoco conceitual seguir tratando grupos com características e inserções socioeconômicas tão distintas sob o mesmo *label* – agricultores familiares – apenas porque têm um traço em comum: utilizar majoritariamente mão-de-obra familiar.

Os agricultores familiares não se diferenciam apenas em relação à disponibilidade de recursos e à capacidade de geração de renda e riqueza; diferenciam-se também em relação às potencialidades e restrições associadas tanto à disponibilidade de recursos e de capacitação/aprendizado adquirido quanto à inserção ambiental e socioeconômica, que podem variar radicalmente entre grupos de produtores. O universo diferenciado de agricultores familiares é composto por grupos com interesses particulares e estratégias próprias de sobrevivência e de produção que reagem de maneira diferenciada a desafios, oportunidades e restrições semelhantes e que, portanto, demandam tratamento compatível com as diferenças. A diferenciação é o ponto de partida deste capítulo, cujo principal objetivo é caracterizar a agricultura familiar brasileira e descrever algumas particularidades, segundo as regiões administrativas do País. Dessa maneira, são apresentadas informações a respeito da participação relativa dos agricultores familiares (porcentagem de área ocupada por região); tipologia desses produtores, segundo a renda, a estrutura agrária (área média e condição do produtor: proprietário, arrendatário, parceiro e ocupante); bem como as áreas de concentração geográfica. É importante mencionar, também, que este capítulo contextualiza os demais capítulos deste livro.

## 2. QUEM SÃO OS AGRICULTORES FAMILIARES?

Antes de caracterizar a agricultura familiar, é preciso que sejam definidos alguns parâmetros que delimitem esse universo e o diferenciem do universo dos agricultores

<sup>1</sup> Com base em GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. M.; SABBATO, A. D.; BITTENCOURT, G. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288 p.

patronais. Neste capítulo, assim como nos demais, foram considerados agricultores familiares os produtores que trabalham de acordo com as seguintes condições:<sup>2</sup>

- a) a direção dos trabalhos realizados no estabelecimento deve ser feita pelo produtor rural;
- b) a mão-de-obra familiar utilizada deve ser superior à contratada.

É importante salientar que a definição conceitual de agricultura familiar não determina limites máximos de área para as propriedades. Na prática, é o nível de desenvolvimento tecnológico e os sistemas de produção adotados que limitam a extensão da área que pode ser explorada com base no trabalho familiar. Porém, no caso brasileiro, a aplicação desse conceito poderia falsificar o universo de agricultores familiares, já que latifúndios improdutivos poderiam ser computados como unidades familiares.<sup>3</sup>

Quanto à metodologia empregada – não somente neste capítulo, mas também nos demais capítulos deste livro –, foram utilizados os dados do Censo Agropecuário – IBGE (1995/1996) como base para a caracterização e classificação dos agricultores familiares no País.<sup>4</sup>

O Quadro 1 resume a metodologia adotada para classificar os agricultores familiares.

**Quadro 1** Metodologia de delimitação do universo familiar.

<p style="text-align: center;"><b>Caracterização dos agricultores familiares</b></p> <p style="text-align: center;">A direção dos trabalhos do estabelecimento é do produtor UTF &gt; UTC</p> <p style="text-align: center;">Área total do estabelecimento ≤ área máxima regional</p> <p style="text-align: center;"><b>Unidade de Trabalho Familiar (UTF)</b></p> <p style="text-align: center;">Pessoal ocupado da família de 14 anos e mais + (Pessoal ocupado da família de menos de 14 anos)</p> <p style="text-align: center;"><b>Unidade de Trabalho Contratado (UTC)</b></p> <p style="text-align: center;">(Salários + valor da cota-parte entregue a parceiros empregados + serviços de empreitada de mão-de-obra) + (Diária estadual x 260)</p>
--

Fonte: Guanziroli et al. (2001, p. 54, op. cit.).

<sup>2</sup> A definição (delimitação) de produtores familiares foi feita com base no trabalho de Guanziroli et al. (2001, op. cit.).

<sup>3</sup> Por essa razão, Guanziroli et al. (2001, op. cit.) impuseram o limite de cinco módulos para o tamanho das unidades familiares.

<sup>4</sup> Para maiores detalhes, consultar Guanziroli et al. (2001, op. cit.).

Embora a delimitação do universo de agricultores familiares tenha critérios objetivos como base, não se desconhece a importância da dimensão cultural na conformação da agricultura familiar, que é resultado de um processo histórico no qual interage um conjunto de oportunidades, restrições e alternativas com as quais se defrontam, em cada momento, os agricultores, e que podem tanto potencializar como minar as bases de sustentação dessa forma de organizar a produção. Isso significa que os agricultores familiares não podem ser tomados como um grupo homogêneo e como forma de produção estável, que se reproduz fechada e mantém as características básicas que individualizam os produtores como familiares. Uma análise histórica da trajetória dos agricultores familiares evidencia tanto a reprodução como a desintegração e a superação da condição de agricultor familiar, à medida que alguns grupos logram superar as restrições que impediam a passagem para a forma patronal de organizar a produção.

### **3. A AGRICULTURA FAMILIAR EM NÚMEROS – ALGUNS DADOS GERAIS<sup>5</sup>**

É comum caracterizar a agricultura familiar como um setor atrasado, do ponto de vista econômico, tecnológico e social, voltado fundamentalmente para a produção de produtos alimentares básicos e com uma lógica de produção de subsistência. Essa imagem estereotipada da agricultura familiar, conforme será apresentada neste capítulo, está longe de corresponder à realidade.

Entre 1995 e 1996, os estabelecimentos rurais em nosso país somavam aproximadamente 4.859.732 propriedades, que ocupavam uma área de 353,6 milhões de hectares. Tais estabelecimentos foram responsáveis, naquela safra, pela geração de um Valor Bruto da Produção (VBP) Agropecuária próximo a R\$ 48 bilhões.<sup>6</sup> Desse total, e de acordo com a metodologia empregada neste livro, 85,2% dos estabelecimentos enquadravam-se na categoria de agricultores familiares (AF) e ocupavam uma área de 107,8 milhões de ha, ou seja, 30,5% da área total, respondendo pela geração de R\$ 18,1 bilhões do VBP total. Já em relação aos agricultores patronais, os dados revelaram que eles eram titulares de 554.501 estabelecimentos e ocupavam 240 milhões de ha.

A participação dos agricultores familiares na renda total (RT = R\$ 22 bilhões) foi de 50,9% naquela safra.<sup>7</sup> A Tabela 1 apresenta de maneira sucinta esses dados.

<sup>5</sup> Esta seção tem como base, inteiramente, a obra de Guanziroli et al. (2001, op. cit.) e, em particular, a de BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. E. Agricultura familiar e o novo mundo rural. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), XL. 31/07/2002. Passo Fundo. *Anais ...* Brasília: SOBER, 2002. p.1-112.

<sup>6</sup> Dados do Censo Agropecuário – IBGE (1995/1996).

<sup>7</sup> A renda total exclui os gastos de produção incorridos pelos agricultores e aproxima-se do conceito de renda líquida.

**Tabela 1** Brasil: estabelecimentos, área e Valor Bruto da Produção e Percentual do Financiamento total (FT).

<b>Categorias</b>	<b>Estab. total</b>	<b>% Estab. s/ total</b>	<b>Área total (ha)</b>	<b>% Área s/ total</b>	<b>VBP (R\$ mil)</b>	<b>% VBP s/ total</b>	<b>% FT s/ total</b>
Familiar	4.139.369	85,2	107.768.450	30,5	18.117.725	37,9	25,3
Patronal	554.501	11,4	240.042.122	67,9	29.139.850	60,9	73,8
Instit. Pia/Religiosa	7.143	0,1	262.817	0,1	72.327	0,2	0,1
Entidade Pública	158.719	3,3	5.529.574	1,5	465.608	1,0	0,8
<b>Total</b>	<b>4.859.732</b>	<b>100,0</b>	<b>353.602.963</b>	<b>100,0</b>	<b>47.795.510</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – IBGE.

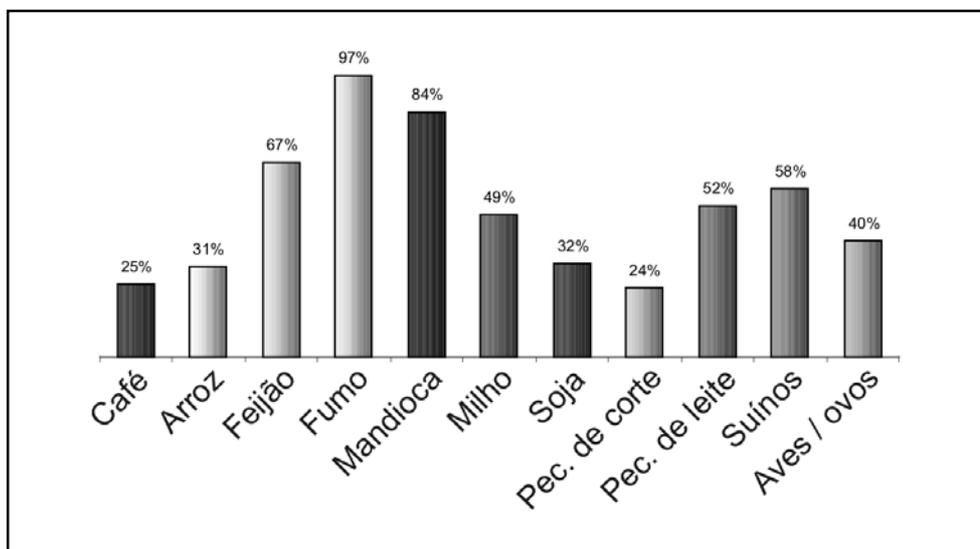
Elaboração: Convênio FAO/Incrá.<sup>8</sup>

A importância da agricultura familiar como fonte de ocupação de pessoal no meio rural foi maior nas regiões mais pobres do País, o que se explica pela falta de alternativas de trabalho tanto local como para migrantes. Apenas na região Nordeste concentravam-se praticamente 50% das pessoas ocupadas (6.809.420 pessoas) na agricultura familiar brasileira. Como será visto adiante, a renda gerada pela maioria dos estabelecimentos familiares nordestinos era inferior à linha de pobreza, o que colocava a agricultura familiar como um importante bolsão da pobreza rural.

Os agricultores familiares controlavam uma parcela menor de terra (30%) e de crédito (apenas 25% dos financiamentos agropecuários foram absorvidos pelos familiares – Tabela 1) em relação aos patronais, mas utilizavam os recursos disponíveis de forma mais intensa, logrando uma participação na produção e na geração de ocupação superior a sua participação nos recursos terra, capital e crédito.

Em conjunto, os agricultores familiares produziram, em 1995, 25% do café; 31% do arroz; 67% do feijão; 97% do fumo; 84% da mandioca; 49% do milho; e 32% da soja. Também responderam por parcela relevante da produção animal, em particular, suínos, aves e ovos, e de algumas culturas permanentes, como banana e uva (Gráfico 1).

<sup>8</sup> FAO/Incrá. **Novo retrato da agricultura familiar no Brasil: o Brasil redescoberto**. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.fao.org>>. Acesso em: 2003.



**Gráfico 1** Brasil: percentual do VBP de produtos selecionados produzidos nos estabelecimentos familiares.

Essa participação elevada da agricultura familiar no Valor Bruto da Produção total e de um conjunto importante de produtos confirma que esse segmento não estava restrito, como se pensava, à produção de produtos básicos, voltados exclusivamente para o consumo das camadas mais pobres da população.

## 4. DIFERENCIAÇÃO REGIONAL

Apresentada uma caracterização mais geral da agricultura familiar no País, a análise que se segue descreve as principais características desse grupo de produtores segundo as regiões administrativas do País. Para tanto, foram considerados os seguintes aspectos: a) participação relativa – porcentagem de área ocupada nas regiões administrativas do País; b) tipologia dos agricultores familiares – fundamentada pelo nível de renda; c) estrutura agrária – área média e condição do produtor; e d) áreas de concentração geográfica da agricultura familiar no País.

### 4.1. Participação relativa da agricultura familiar

A caracterização da agricultura familiar no Brasil passa necessariamente pela análise da importância – bastante diferenciada – desses estabelecimentos nas diferentes regiões brasileiras. Em todas elas, mais de 2/3 dos estabelecimentos foram classificados como familiares. Na região Sul, por exemplo, esse percentual chegou a 90,5%, seguido do

Nordeste, com 88,3%, e do Norte, com 85%. A menor presença foi registrada na região Centro-Oeste, com 66,8% de estabelecimentos familiares (Tabela 2).

**Tabela 2** Agricultores familiares: estabelecimentos, área e VBP segundo as regiões – % sobre o total da agricultura.

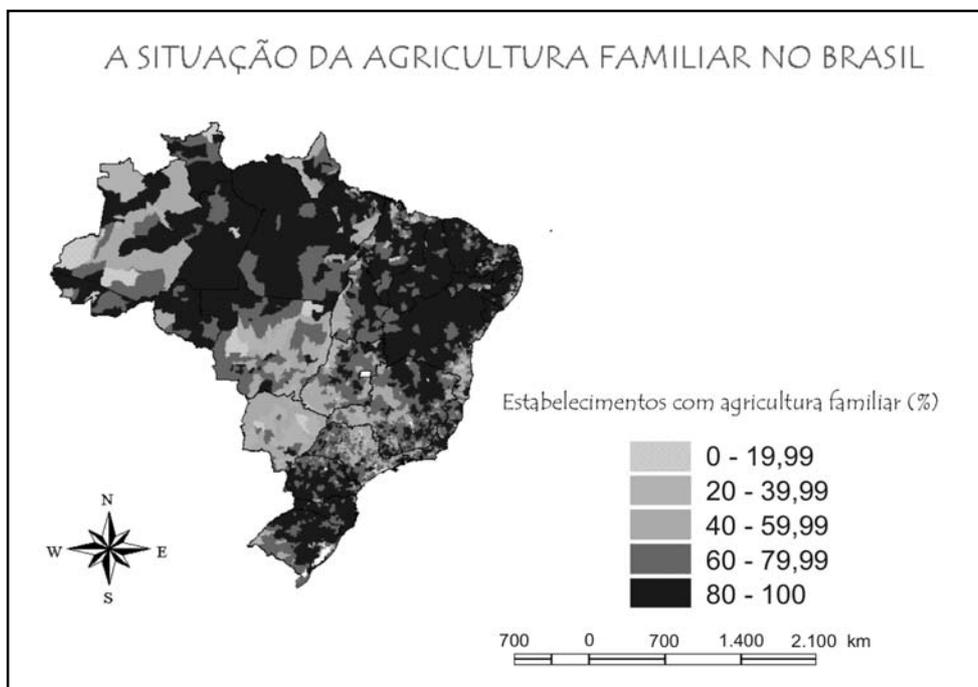
<b>Categorias</b>	<b>Estab. total</b>	<b>% Estab. s/ total</b>	<b>Área total (ha)</b>	<b>% Área s/ total</b>	<b>VBP (R\$ mil)</b>	<b>% VBP s/ total</b>	<b>% FT s/ total</b>
Nordeste	2.055.157	88,3	34.043.218	43,5	3.026.897	43,0	26,8
Centro-Oeste	162.062	66,8	13.691.311	12,6	1.122.696	16,3	12,7
Norte	380.895	85,4	21.860.960	37,5	1.352.656	58,3	38,6
Sudeste	633.620	75,3	18.744.730	29,2	4.039.483	24,4	12,6
Sul	907.635	90,5	19.428.230	43,8	8.575.993	57,1	43,3
<b>Brasil</b>	<b>4.139.369</b>	<b>85,2</b>	<b>107.768.450</b>	<b>30,5</b>	<b>18.117.725</b>	<b>37,9</b>	<b>25,3</b>

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – IBGE.  
Elaboração: Convênio FAO/Inra.

A importância relativa vai além das diferenças quantitativas, uma vez que os agricultores familiares se inserem em estruturas agrárias que variam consideravelmente de região para região. No Sul, por exemplo, eram mais de 900 mil estabelecimentos familiares, concentrados em algumas regiões dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ocupando quase 44% da área, enquanto no Norte os estabelecimentos familiares estão dispersos em vastos territórios de baixa densidade populacional e inseridos em áreas com forte presença de grandes latifúndios. Apenas 22% dos estabelecimentos familiares estavam na região Sul e, apesar de ocuparem 18% da área total desse segmento, foram responsáveis por 48% do VBP da agricultura familiar brasileira.

O Nordeste respondia por 50% do número total de estabelecimentos familiares, ocupando apenas 32% da área total da agricultura familiar em todo o Brasil, enquanto o Centro-Oeste contava com apenas 4% do total de estabelecimentos familiares no Brasil e menos de 13% da área ocupada pelos agricultores familiares.

O Mapa 1 apresenta o percentual de estabelecimentos com agricultura familiar, dentro dos municípios brasileiros.



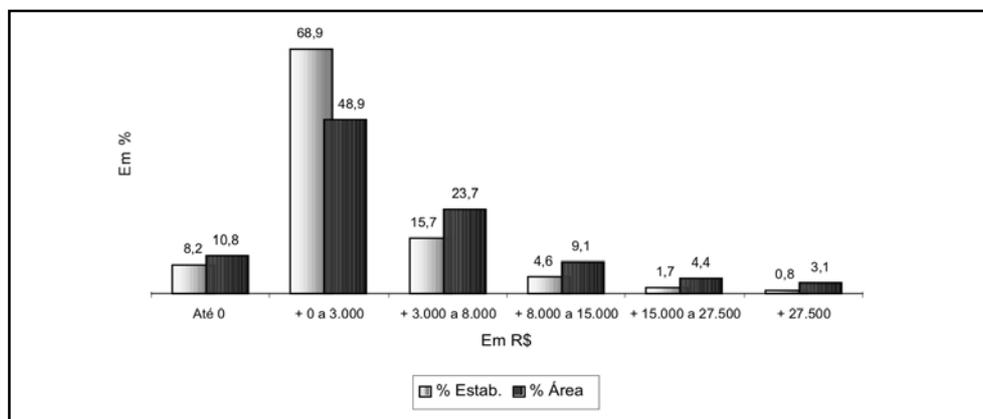
Fonte: FAO/Incra.

**Mapa 1** Municípios por percentual de estabelecimentos com agricultura familiar.

## 4.2. Nível de renda dos agricultores familiares

O nível de renda total gerado é uma boa *proxy* do conjunto de diferenciações que caracteriza os agricultores familiares. Na safra 1995/96, a grande maioria dos estabelecimentos familiares (68,9%) gerou renda inferior a R\$ 3.000,00 ao ano; 15,7% produziram renda total anual entre R\$ 3.000,00 e R\$ 8.000,00; e apenas 0,8%, acima de R\$ 27.500,00<sup>9</sup> (Gráfico 2).

<sup>9</sup> “Cerca de 8,2% dos estabelecimentos familiares ocupando 10,8% da área total dos agricultores familiares apresentaram renda total negativa. Estes estabelecimentos são formados por três grandes grupos de agricultores: (i) o primeiro constituído por aqueles que estão investindo em novas atividades, que demandam gastos e investimentos mas que ainda não estão gerando retorno; (ii) o segundo é formado por agricultores que tiveram prejuízos na safra em que foi realizado o censo, seja por problemas de mercado seja por problemas climáticos; (iii) o último grupo é representado por agricultores que produzem muito pouco e dedicam-se a outras atividades; como a renda gerada pela atividade agropecuária é pequena e os gastos gerais do estabelecimento são maiores, a renda agropecuária aparece como negativa. Deve-se destacar que os agricultores com renda negativa que se enquadram nas situações (i) e (ii) não são necessariamente pobres” (GUANZIROLI et al., 2001, p. 75, op. cit.).



**Gráfico 2** Brasil: agricultores familiares – percentual de estabelecimentos e área segundo grupos de renda total.

A análise do nível de renda total, segundo as regiões administrativas do País, revelou acentuada diferença na renda dos agricultores familiares entre as regiões Nordeste e Norte, de um lado, e Sul, Sudeste e Centro-Oeste, de outro. Nas primeiras, mais da metade dos familiares gerou renda total inferior a R\$ 3 mil, enquanto, nas outras, mais da metade teve renda total superior a R\$ 3 mil. Essa constatação revela, pelo menos em parte, condições e potenciais diferenciados de desenvolvimento da agricultura familiar entre as regiões, já que seus produtores familiares enfrentaram as mesmas condições macroeconômicas com resultados aparentes bastante distintos. Quando se considera apenas a renda monetária, o resultado é semelhante: nas regiões Norte e Nordeste mais de 70% dos agricultores familiares geraram renda monetária anual inferior a R\$ 3 mil e, nas demais regiões, esse percentual caiu para aproximadamente 50%, revelando maior inserção nos mercados do que os familiares do Norte e Nordeste (Tabela 3).

**Tabela 3** Agricultura familiar: participação percentual dos estabelecimentos e área segundo os grupos de renda total (em reais).

Grupo de RT/região	Até 0,00		Mais de 0,00 a 3.000		Mais de 3.000 a 8.000		Mais de 8.000 a 15.000		Mais de 15.000 a 27.500		Mais de 27.500	
	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área
Nordeste	7,0	8,8	85,7	67,9	5,8	16,5	1,0	4,2	0,3	1,7	0,2	1,0
Centro-Oeste	14,9	18,2	49,4	33,1	23,5	24,5	7,1	11,4	3,1	6,7	2,1	6,0
Norte	5,2	8,5	67,1	54,6	22,2	26,2	4,0	6,8	1,1	2,5	0,5	1,3
Sudeste	14,7	14,7	55,1	38,9	19,6	25,2	6,4	11,2	2,7	5,9	1,6	4,2
Sul	6,6	7,9	44,8	30,0	31,3	31,8	11,6	16,5	4,0	8,3	1,8	5,5
<b>Brasil</b>	<b>8,2</b>	<b>10,8</b>	<b>68,9</b>	<b>48,9</b>	<b>15,7</b>	<b>23,7</b>	<b>4,6</b>	<b>9,1</b>	<b>1,7</b>	<b>4,4</b>	<b>0,8</b>	<b>3,1</b>

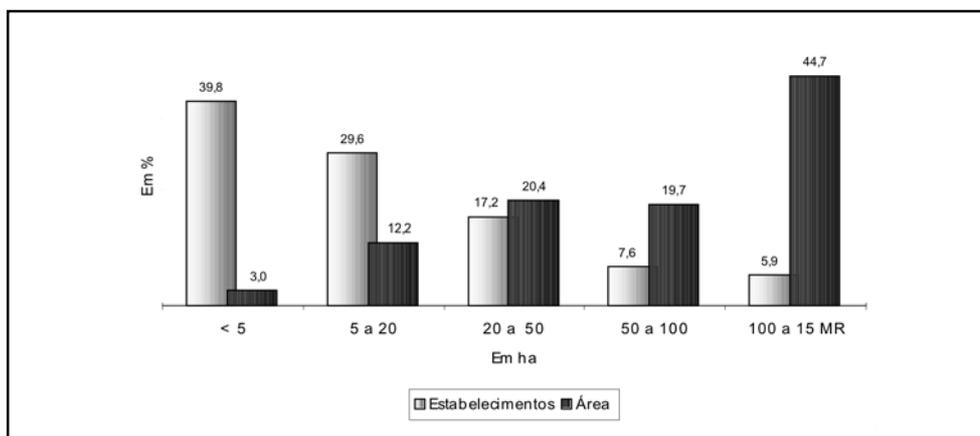
Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – IBGE.

Elaboração: Convênio FAO/Incrá.

### 4.3. Estrutura agrária da agricultura familiar

A concentração da propriedade da terra é um traço marcante da estruturação fundiária no Brasil. A estrutura agrária é, sem dúvida, um dos condicionantes mais fortes do desenvolvimento da agricultura familiar. No plano mais geral, com exceção de umas poucas áreas, os agricultores familiares podem ser caracterizados como ilhas em meio às médias e grandes propriedades. Essa concentração da terra e do poder não ensejou um ambiente favorável para o desenvolvimento local e para a agricultura familiar. No plano micro, disponibilidade, localização e qualidade das terras apropriadas pelos agricultores familiares também se colocam como variáveis que condicionam o potencial de desenvolvimento, a organização e as decisões dos produtores. Como se verá adiante, essas variáveis estão entre as principais restrições enfrentadas pelos agricultores familiares.

Entre os agricultores familiares, a distribuição de terras é mais homogênea quando estes são comparados com os patronais, mas, ainda assim, observa-se grande diferença de tamanho, em particular, de uma região para outra. Do total de estabelecimentos familiares, 40% têm menos de 5 hectares e apenas 7,6% têm área entre 50 e 100 ha e 17%, entre 20 e 50 ha (Gráfico 3). Outros 30% dos estabelecimentos têm áreas entre 5 e 20 ha.



**Gráfico 3** Brasil: agricultores familiares – percentual de estabelecimentos e área segundo grupos de área total.

O tamanho do estabelecimento, por si só, não é suficiente para revelar a viabilidade ou potencialidade da exploração sustentável das unidades familiares, que depende da fertilidade do solo, da localização, do sistema de produção adotado, das tecnologias empregadas, do acesso aos mercados, e assim por diante. No entanto, mesmo não dispondo de informações completas sobre esse conjunto de fatores, é possível levantar algumas assertivas e hipóteses.

A área dos estabelecimentos familiares (26 ha de área média) é muito inferior à dos patronais (433 ha) e também varia segundo a região (Tabelas 4 e 5). Ainda assim, deve-se notar que o peso dos estabelecimentos familiares com mais de 50 ha, concentrados nas regiões Norte e Centro-Oeste, eleva de forma significativa a área média dos agricultores. Nessas duas regiões, o tamanho médio dos estabelecimentos familiares é, respectivamente, de 57 e 84 ha, enquanto o tamanho médio dos estabelecimentos dos agricultores familiares nordestinos é de 17 ha.

Observa-se, em primeiro lugar, que é baixa a área média dos estabelecimentos nos grupos de área de menos de 5 ha e entre 5 e 20 ha: no primeiro, é de apenas 1,9 ha e, no segundo, de 10,7 ha (Tabela 4). Nos demais extratos, a área média é maior, mas abaixo do ponto médio do extrato. Em segundo lugar, observa-se uma grande concentração de estabelecimentos com área inferior a 5 ha na região Nordeste, onde 59% dos estabelecimentos familiares estão nesse extrato e têm área média de 1,7 ha (Tabela 5). Considerando os 22% dos estabelecimentos entre 5 ha e menos de 20 ha, cuja área média é de 9,8 ha, obtém-se 81% do total dos estabelecimentos familiares. Mesmo considerando que tecnologias modernas permitiriam a exploração sustentável de estabelecimentos pequenos, a realidade do Nordeste é outra: grande parte dos agricultores familiares está na região semi-árida, não tem acesso à irrigação e enfrenta grandes dificuldades para melhorar e potencializar seus sistemas produtivos. Além disso, tampouco se pode ignorar a crescente importância das vantagens de escala, mesmo em ramos tradicionalmente explorados pelos agricultores familiares. Embora em alguns produtos a escala possa ser ampliada apenas pela intensificação da produção — e, nesses casos, os investimentos em instalações colocam-se como o principal obstáculo —, na maioria dos casos requer uma combinação de área mínima com investimentos. A área limitada das propriedades familiares coloca-se, dessa forma, como sério obstáculo ao desenvolvimento de parte dos agricultores familiares.

**Tabela 4** Brasil: agricultores familiares – área média dos estabelecimentos segundo os grupos de área total (em ha).

Grupo de área total	Área média (em ha)
Menos de 5 ha	1,9
5 a menos de 20 ha	10,7
20 a menos de 50 ha	31,0
50 a menos de 100 ha	67,8
100 ha a 15 módulos regionais	198,0
<b>Área média dos agricultores familiares</b>	<b>26,0</b>

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – IBGE.  
Elaboração: Convênio FAO/Incrá.

Quanto, especificamente, às áreas ocupadas pela agricultura familiar nas diversas regiões do País, pôde-se perceber que, na região Sul, 48% dos estabelecimentos familiares têm entre 5 e 20 ha e 23%, entre 20 e 50 ha (área média pouco abaixo de 30 ha) e, na região Sudeste, 58% têm entre 5 e 50 ha. Não apenas a presença de estabelecimentos com menos de 5 ha é mais baixa (20% no Sul e 25% no Sudeste – Tabela 5) do que no Nordeste como também as condições gerais nas quais estão inseridos são diferentes daquelas dominantes na região Nordeste. Nas regiões Sul e Sudeste, os familiares encontram-se em zonas de densidade populacional mais elevada, próximos a centros urbanos relevantes, dispõem de infra-estrutura de transporte e eletrificação mais adequadas e as condições climáticas são mais favoráveis. Embora a disponibilidade de terra também seja um sério obstáculo para os agricultores familiares do Sul–Sudeste, essas condições de localização possibilitam e facilitam a adoção de tecnologias poupadoras de terra e a inserção em determinadas cadeias produtivas e nichos de mercado dinâmicos e com capacidade para sustentar o crescimento da produção e a renda dos produtores familiares.

**Tabela 5** Agricultores familiares: percentual de estabelecimentos e área segundo grupos de área total (em ha).

Região	Menos de 5 ha	5 a - de 20 ha	20 a - de 50 ha	50 a - de 100 ha	100 a - de 15 MR
	% Estab.	% Estab.	% Estab.	% Estab.	% Estab.
Nordeste	58,8	21,9	11,0	4,8	3,4
Centro-Oeste	8,7	20,5	27,3	18,8	24,6
Norte	21,3	20,8	22,5	17,9	17,4
Sudeste	25,5	35,6	22,7	9,9	6,3
Sul	20,0	47,9	23,2	5,9	2,9
<b>Brasil</b>	<b>39,8</b>	<b>30,0</b>	<b>17,1</b>	<b>7,6</b>	<b>5,9</b>

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – IBGE.  
Elaboração: Convênio FAO/Inra.

Pouco menos de 75% dos agricultores familiares brasileiros eram proprietários, sendo que esse percentual variava de 65%, na região Nordeste, a 90%, na região Centro-Oeste. No Norte e Nordeste, a presença de ocupantes era relevante (13% e 19%, respectivamente) e, no Sul, quase 9% eram arrendatários e parceiros (Tabela 6).

**Tabela 6** Agricultores familiares: percentual dos estabelecimentos e área segundo a condição do produtor.

Região	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área
Nordeste	65,4	91,8	6,9	1,0	8,4	1,6	19,3	5,6
Centro-Oeste	89,8	93,6	3,4	2,7	1,3	0,4	5,6	3,2
Norte	84,6	94,2	0,7	0,3	1,4	0,4	13,2	5,1
Sudeste	85,7	92,2	4,1	3,8	5,2	1,5	5,0	2,5
Sul	80,8	87,8	6,4	5,4	6,0	3,2	6,7	3,7
<b>Brasil</b>	<b>74,6</b>	<b>91,9</b>	<b>5,7</b>	<b>2,3</b>	<b>6,4</b>	<b>1,5</b>	<b>13,3</b>	<b>4,3</b>

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – IBGE.

Elaboração: Convênio FAO/Incrá.

Muito embora ainda sejam necessárias análises que relacionem a condição do produtor em relação à terra (proprietário, parceiro, arrendatário ou posseiro) e ao nível de renda e vida, algumas tendências podem ser antecipadas. O Nordeste, por exemplo, onde se concentra a maior parte dos agricultores familiares pobres do País, apresenta também o menor percentual de agricultores proprietários. Entre os agricultores mais pobres,<sup>10</sup> apenas 60,4% eram proprietários; 10,6%, parceiros; e 21,5%, ocupantes. Já na região Centro-Oeste, 91% dos agricultores do tipo A<sup>11</sup> eram proprietários de seus estabelecimentos.

#### 4.4. Uma tipologia dos agricultores familiares

As informações anteriores confirmam que o universo dos agricultores familiares é profundamente diferenciado. Tendo como base a metodologia descrita no trabalho do convênio FAO/Incrá<sup>12</sup> e adotada neste livro, os agricultores familiares foram divididos em quatro tipos, sendo:

1. *Tipo A*, com renda total superior a três vezes o Valor do Custo de Oportunidade da Mão-de-Obra familiar (VCO).
2. *Tipo B*, com renda total superior a uma vez até três vezes o VCO.
3. *Tipo C*, com renda total superior à metade até uma vez o VCO.
4. *Tipo D*, com renda total igual ou inferior à metade do VCO.

<sup>10</sup> Ver, a seguir, a classificação dos produtores em tipos A, B, C e D, segundo o nível de renda gerado.

<sup>11</sup> Ver, a seguir, a classificação dos produtores em tipos A, B, C e D, segundo o nível de renda gerado.

<sup>12</sup> Ver Guanzirolí et al. (2001, op. cit.) para os detalhes sobre metodologia.

Essa tipologia permite associar os tipos A, B, C e D a níveis de capitalização diferentes: produtores do tipo **A** representam os agricultores **capitalizados**; os do tipo **B**, os agricultores **em processo de capitalização**; os do tipo **C**, **em processo de descapitalização**; e os do tipo **D**, os produtores **descapitalizados**.<sup>13 e 14</sup>

Em 1995/96, apenas 406.291 agricultores entre 4.139.369 estabelecimentos familiares do Brasil foram classificados como do tipo A. Ocupavam 6,8% da área total da agricultura familiar e, ainda assim, foram responsáveis por 19,2% do VBP desse segmento. Os agricultores do tipo B representavam pouco mais de 20% dos estabelecimentos familiares, ocupavam 31% da área e responderam por 30% do VBP da agricultura familiar. Na outra ponta, cerca de dois milhões de produtores, ocupando 9% da área, foram classificados como do tipo D e responderam por apenas 4,1% do VBP. Juntos, os agricultores dos tipos C e D somavam quase 2,8 milhões e 60% dos agricultores familiares ocupavam 14% da área e produziam apenas 7,7% do VBP, menos da metade do valor produzido pelos 400 mil familiares do tipo A (Tabela 7 e Gráfico 4).

**Tabela 7** Brasil: estabelecimentos, área, valor bruto da produção e financiamento total (FT) dos tipos de agricultores familiares.

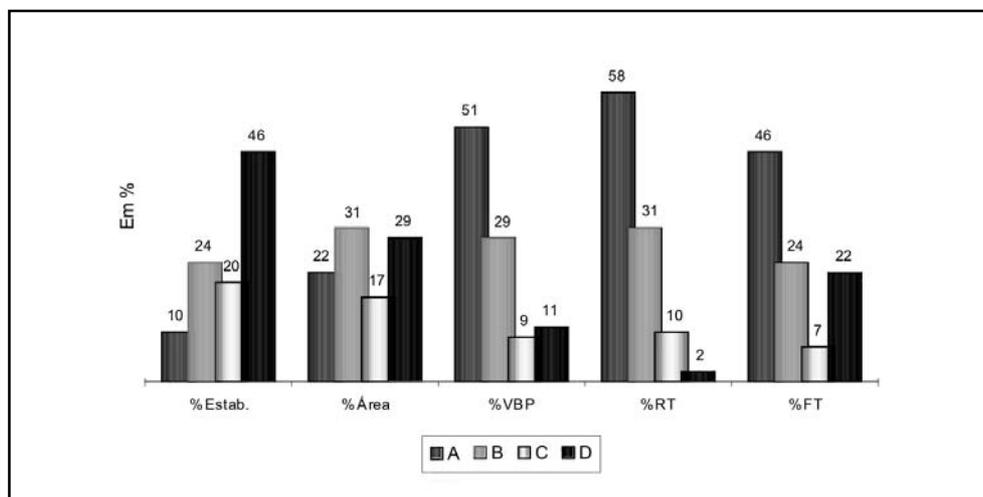
Familiar/ tipos	Estab. total	% Estab. s/ total	Área total (ha)	% Área s/ total	VBP (R\$ mil)	% VBP s/ total	FT (R\$ mil)	% FT s/ total
A	406.291	8,4	24.141.455	6,8	9.156.373	19,2	433.233	11,7
B	993.751	20,4	33.809.622	9,6	5.311.377	11,1	228.965	6,2
C	823.547	16,9	18.218.318	5,2	1.707.136	3,6	68.911	1,9
D	1.915.780	39,4	31.599.055	8,9	1.942.838	4,1	206.656	5,6
<b>Total</b>	<b>4.139.369</b>	<b>85,1</b>	<b>107.768.450</b>	<b>30,5</b>	<b>18.117.725</b>	<b>37,9</b>	<b>937.828</b>	<b>25,3</b>

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – IBGE.

Elaboração: Convênio FAO/Inra.

<sup>13</sup> A precariedade de informação sobre capital produtivo e valor das terras não permitia criar uma tipologia com base em indicadores diretos de nível de capitalização. Ao tomar a renda como variável de corte, aceita-se a imprecisão decorrente das condições particulares de clima, ano agrícola e condições de mercado, que possam ter afetado, conjuntamente, o nível de renda dos agricultores no ano da coleta de informação. Essas condições incidem de maneira diferenciada e desigual sobre os produtores e as diversas regiões do País.

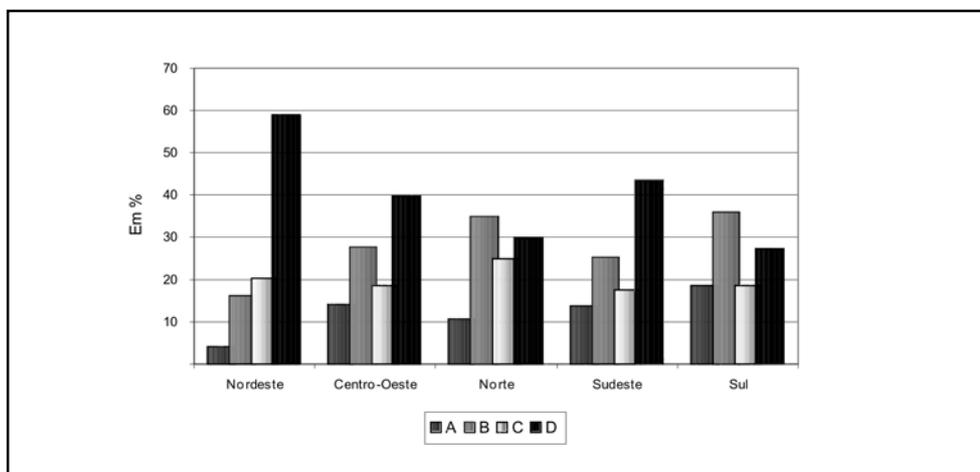
<sup>14</sup> Deve-se notar que a associação de tipos formados a partir da renda, com níveis de capitalização, pode, em alguns casos, ser profundamente equivocada, pois a renda é uma variável de fluxo que reflete condições de produção e mercado em uma safra, enquanto o nível de capitalização representa um estoque que não varia abruptamente de safra para safra. Isso significa que existem agricultores classificados nos grupos B, C e até mesmo D que podem ser capitalizados e que foram classificados em outros grupos de renda em virtude da frustração da safra, dos baixos preços de seus produtos no mercado ou da realização de novos investimentos que ainda não deram frutos.



**Gráfico 4** Brasil: participação percentual de cada tipo no total dos agricultores familiares.

A grande variação de renda confirma a heterogeneidade presente entre os agricultores familiares e indica potenciais de desenvolvimento distintos e necessidade de políticas públicas específicas. Essa diferenciação é mais notável entre as regiões do País. O Nordeste, por exemplo, concentrava 2,055 milhões de agricultores familiares, pouco mais de 50% do total, dos quais 1.215.558 foram classificados como do tipo D. Esses agricultores representavam 52% do total de estabelecimentos da região, ocupavam 15,1% da área total e respondiam por apenas 8,3% do VBP total da região (Tabela 8). A maior parte desses estabelecimentos, com área média inferior a 10 ha, localizados em áreas de condições edáfo-climáticas ou de posição geográfica desfavorável, geravam nível de renda inferior à linha de pobreza, caracterizando-se principalmente por reserva de mão-de-obra restringindo-se ao local de moradia, com pequena produção destinada ao autoconsumo.

Em conjunto, os agricultores dos tipos C e D representavam mais de 70% dos agricultores familiares nordestinos e 64% dos estabelecimentos do tipo D e 51% do tipo C em todo o País. Na outra ponta, apenas 3,8% dos agricultores familiares nordestinos foram enquadrados como do tipo A e, embora ocupassem apenas 7% da área total, foram responsáveis por 14,4% do VBP de toda a região Nordeste (Gráfico 5 e Tabela 8).



**Gráfico 5** Agricultores familiares: participação percentual das regiões no total dos tipos familiares.

Na região Norte também é significativa a presença de agricultores do tipo D (30%), que, somados aos do tipo C, alcançavam 54% do total de agricultores familiares da região (Gráfico 5). Em contrapartida, os do tipo A, que representavam menos de 9% dos estabelecimentos e detinham apenas 6,6% da área total da região, foram responsáveis por 22,2% de todo o VBP regional (Gráfico 5 e Tabela 8). Somada aos agricultores do grupo B, que representavam 29,7% dos estabelecimentos e detinham 13,6% da área total, a contribuição dos agricultores dos tipos A e B no VBP da região foi superior a 52%. Esse resultado revela que, mesmo enfrentando condições pouco favoráveis, os agricultores familiares que detêm uma base mínima de recursos têm condições de viabilidade econômica, de geração excedente para os mercados locais e de renda suficiente para manter as famílias fora da pobreza rural.

Mesmo na região Sul, onde a presença da agricultura familiar é mais relevante, apenas 16,7% do total de agricultores foram classificados como do tipo A e 32,4%, no tipo B (Tabela 8).<sup>15</sup> Ainda na região Sul, os agricultores do tipo D representavam quase 1/3 do total, número possivelmente aumentado em razão da própria conjuntura desfavorável.

<sup>15</sup> Esse resultado não reflete de forma adequada a importância e o dinamismo da agricultura familiar da região, que foi negativamente afetada pela conjuntura econômica daquele período, marcada por sensível queda de preços agrícolas, em geral (a âncora verde do Plano Real), e, em particular, pela queda de preços dos principais produtos dos agricultores familiares, pressionados pela abertura comercial e pela concorrência das importações barateadas pela sobrevalorização da moeda nacional.

**Tabela 8** Agricultores familiares: estabelecimentos, área e VBP e percentuais sobre os totais da região.

Região	Tipos	Estab. total	% Estab. s/ total	Área total (ha)	% Área s/ total	VBP (R\$ mil)	% VBP s/ total
Nordeste	A	88.397	3,8	5.476.366	7,0	1.016.680	14,4
	B	331.138	14,2	9.984.386	12,7	907.398	12,8
	C	420.558	18,1	6.783.325	8,6	520.341	7,4
	D	1.215.064	52,2	11.799.140	15,1	582.479	8,3
Centro-Oeste	A	22.919	9,4	3.642.316	3,4	620.262	9,0
	B	44.814	18,5	3.684.923	3,4	286.146	4,1
	C	30.320	12,5	1.810.780	1,7	91.127	1,3
	D	64.009	26,4	4.553.292	4,2	125.161	1,8
Norte	A	40.080	8,9	3.884.438	6,6	514.479	22,2
	B	132.816	29,7	7.927.174	13,6	533.468	22,9
	C	94.468	21,2	4.415.966	7,6	183.639	7,9
	D	113.531	25,4	5.673.382	9,7	121.070	5,2
Sudeste	A	87.350	10,4	4.989.614	7,7	2.257.296	13,6
	B	159.851	18,9	5.429.243	8,5	989.867	5,9
	C	110.651	13,1	2.578.579	4,0	320.754	1,9
	D	275.768	32,7	5.747.294	8,9	471.566	2,8
Sul	A	167.545	16,7	6.188.721	13,9	4.747.656	31,6
	B	325.132	32,4	6.783.895	15,3	2.594.499	17,3
	C	167.550	16,7	2.629.668	5,9	591.275	3,9
	D	247.408	24,6	3.825.947	8,6	642.562	4,3

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – IBGE.

Elaboração: Convênio FAO/Inra.

O nível de renda total por estabelecimento apresentava diferenças significativas segundo o tipo e a região. A renda total média anual dos agricultores do tipo A foi de R\$ 15.986,00 e a dos do tipo D ficou em R\$ 98,00. Já os do tipo B geraram renda equivalente a R\$ 3.491,00 e os do tipo C, apenas R\$ 1.330,00 (Tabela 9). Não há nenhuma dúvida de que, pelo nível de renda total, os agricultores familiares dos tipos C e D enquadram-se na categoria de pobres rurais. As condições de vida desses agricultores, em particular as do tipo C, são em geral superiores as da população de pobres rurais em geral, uma vez que têm moradia e logram produzir parte dos alimentos que consomem.

As diferenças regionais manifestam-se até mesmo para agricultores do mesmo tipo: enquanto na região Sul quase 90% dos agricultores classificados como do tipo A auferiram, em 1995, renda superior a R\$ 8.000,00/ano, no Nordeste, a renda gerada por 65% dos agricultores do tipo A ficou entre R\$ 3.000,00 e R\$ 8.000,00, o que

equivalia à renda de 80% dos agricultores do tipo B da região Sul (81,5% dos agricultores do tipo B nordestinos geraram renda anual entre R\$ 1.319,00 e R\$ 3.000,00).

**Tabela 9** Agricultores familiares: renda total (RT) e renda monetária (RM) por estabelecimento e renda total por hectare/ano (em R\$), segundo os tipos familiares.

Regiões	Tipos	RT/Estab. (R\$)	RM/Estab. (R\$)	RT/há (R\$)
Nordeste	A	10.555	7.730	170
	B	2.283	1.397	76
	C	997	520	62
	D	226	54	23
Centro-Oeste	A	19.216	16.297	121
	B	4.210	2.959	51
	C	1.816	1.074	30
	D	(374)	(710)	(5)
Norte	A	12.855	9.346	134
	B	3.225	2.149	54
	C	1.432	836	31
	D	240	(19)	5
Sudeste	A	19.816	14.975	347
	B	3.797	2.642	112
	C	1.557	958	67
	D	(316)	(448)	(15)
Sul	A	17.162	12.502	465
	B	4.581	2.631	220
	C	1.871	906	119
	D	(9)	(377)	(1)
Brasil	A	15.986	11.898	269
	B	3.491	2.172	103
	C	1.330	714	60
	D	98	(104)	6

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – IBGE.

Elaboração: Convênio FAO/Incrá.

A área e a localização do estabelecimento são fatores que contribuem, de forma decisiva, para a diferenciação dos agricultores familiares. Observou-se uma estreita relação entre nível de renda e área média dos estabelecimentos: os menores são os que geram menor nível de renda, comprovando tanto o processo de minifundização como a incapacidade de compensar a redução da área com investimentos em intensificação da

produção. A área média dos estabelecimentos do tipo A era de 59,4 ha; a dos do tipo B, 34 ha; a dos do tipo C, 22,1 ha; e a dos do tipo D, 16,5 ha (Tabela 10).

Na região Nordeste, onde se concentra a maior parte dos estabelecimentos do tipo D, a área média era de 9,7 ha, enquanto no Centro-Oeste era de 71,1 ha (Tabela 10). Note-se que os estabelecimentos dos tipos A e B, na região Sul, com 36,9 e 20 hectares, respectivamente, tampouco podem ser considerados grandes, mas logravam gerar nível de renda até 10 vezes superior ao de outros agricultores com estabelecimentos do mesmo tamanho, por causa do nível de capitalização, experiência adquirida e inserção diferenciada, seja em cadeias dinâmicas do agronegócio, seja no mercado em geral.

**Tabela 10** Área média dos estabelecimentos familiares segundo os tipos (em ha).

Regiões/ tipos	Área média dos estabelecimentos (em ha)			
	A	B	C	D
Nordeste	62,0	30,2	16,1	9,7
Centro-Oeste	158,9	82,2	59,7	71,1
Norte	95,9	59,7	46,7	50,0
Sudeste	57,1	34,0	23,3	20,8
Sul	36,9	20,9	15,7	15,5
<b>Brasil</b>	<b>59,4</b>	<b>34,0</b>	<b>22,1</b>	<b>16,5</b>

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – IBGE.  
Elaboração: Convênio FAO/Inra.

Outro dado relevante é o fato de quase 70% dos estabelecimentos familiares com área total inferior a 5 ha terem sido enquadrados como tipo D e outros 20%, como tipo C. Ou seja, 90% dos estabelecimentos familiares com menos de 5 hectares geraram níveis de renda insuficientes para manter as famílias acima da linha de pobreza, confirmando a natureza de minifúndios e a dificuldade de superar, por meio de investimentos, a restrição do tamanho da área disponível. Quando se recorda que os estabelecimentos com menos de 5 ha (Tabela 11) representavam 40% do total dos estabelecimentos familiares no Brasil, ou mais de 1.650.000 unidades, tem-se uma idéia clara da dimensão do problema e da importância de políticas de reestruturação das zonas de minifúndios.

Deve-se notar que em muitas áreas as pequenas unidades estão localizadas perto de centros urbanos, o que pelo menos em tese facilitaria a inserção em mercados dinâmicos, como o de hortigranjeiros e frutas, com produção de alto valor agregado. Aqueles micro e pequenos estabelecimentos isolados, situados em áreas distantes dos mercados, enfrentarão maiores dificuldades para superar a barreira da escala.

**Tabela 11** Agricultores familiares: percentual de estabelecimentos e área dos tipos familiares segundo grupos de área total (em ha).

Regiões	Tipos	< 5ha		5 a < 20ha		20 a < 50ha		50 a < 100ha		100ha a < 15MR	
		Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
Nordeste	A	18,4	0,7	25,4	4,4	22,2	11,4	15,4	17,2	18,6	66,3
	B	33,9	2,5	29,8	10,2	19,5	20,3	9,8	21,8	7,0	45,2
	C	53,2	6,5	26,2	16,0	12,6	24,0	5,1	20,7	2,9	32,8
	D	70,6	11,4	18,1	17,8	7,2	22,2	2,6	17,4	1,6	31,2
Centro-Oeste	A	2,1	0,0	7,8	0,6	19,0	4,2	21,6	10,0	49,4	85,2
	B	4,4	0,2	18,9	2,9	31,2	12,6	21,5	18,3	24,0	66,0
	C	9,6	0,5	26,1	5,2	30,1	16,3	18,1	20,5	16,1	57,5
	D	13,7	0,6	23,5	3,9	26,2	12,0	16,3	15,6	20,3	67,9
Norte	A	9,9	0,2	19,6	2,2	21,4	7,1	19,1	13,8	29,9	76,7
	B	16,1	0,7	21,3	3,8	25,1	13,4	18,9	21,2	18,7	61,0
	C	23,7	1,1	22,3	5,0	23,1	15,7	17,4	24,5	13,5	53,6
	D	29,4	1,1	19,5	4,0	19,4	12,6	16,9	22,2	14,8	60,1
Sudeste	A	9,5	0,4	24,2	5,2	29,6	17,2	19,7	24,5	17,1	52,6
	B	15,7	1,3	36,5	12,8	28,5	26,8	12,3	25,1	6,9	34,1
	C	25,4	2,9	41,4	19,9	22,1	29,5	7,5	22,2	3,7	25,5
	D	36,3	4,1	36,3	18,9	17,5	26,2	6,3	20,9	3,7	29,9
Sul	A	4,2	0,4	35,7	12,2	39,7	33,5	13,5	24,9	6,9	29,1
	B	11,4	1,7	56,1	31,0	25,4	35,6	4,9	15,8	2,2	15,9
	C	24,4	4,7	54,4	36,6	16,4	30,4	3,4	14,6	1,4	13,7
	D	39,1	6,4	40,9	27,5	13,9	26,8	3,9	17,0	2,2	22,3
Brasil	A	8,9	0,4	27,8	5,6	30,7	16,5	16,3	19,1	16,3	58,4
	B	19,9	1,5	37,9	12,5	24,2	21,9	10,3	20,6	7,7	43,5
	C	38,6	3,8	33,5	15,8	16,5	22,9	7,0	20,9	4,4	36,5
	D	57,2	6,0	23,9	14,7	10,9	20,3	4,6	18,6	3,4	40,4

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – IBGE.

Elaboração: Convênio FAO/Incrá.

#### 4.5. Áreas de concentração geográfica dos agricultores familiares<sup>16</sup>

Neste tópico são apresentadas as principais áreas de concentração da agricultura familiar no Brasil.

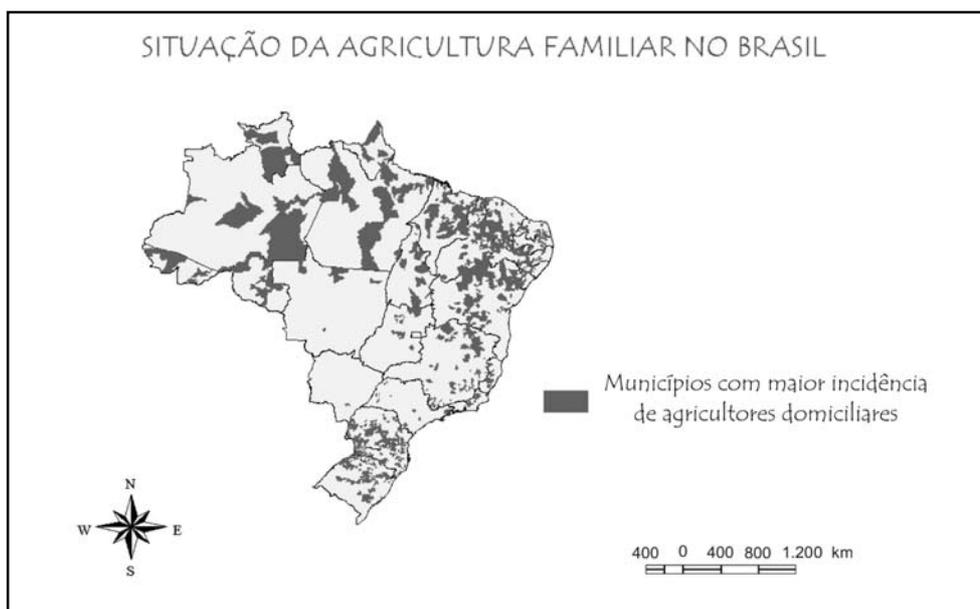
Em primeiro lugar, deve-se observar que a agricultura familiar está presente em 5.488 municípios do País. Em 1.412 municípios, os estabelecimentos familiares representam mais de 80% do total dos estabelecimentos, sendo a maior frequência observada na região Nordeste (1.340 municípios), seguida das regiões Sul (926) e Sudeste (519) (Tabela 12).

**Tabela 12** Número de municípios segundo a proporção de estabelecimentos familiares sobre o total dos estabelecimentos recenseados.

Região/UF	Total de estabelecimentos dos municípios					Total
	80 a 100	60 a 80	40 a 60	20 a 40	0 a 20	
<b>Brasil</b>	3.179	1.412	635	201	56	5.483
<b>Norte</b>	279	106	38	18	8	449
<b>Nordeste</b>	1.340	264	107	56	19	1.786
<b>Sudeste</b>	519	686	348	77	16	1.646
<b>Sul</b>	926	185	36	9	2	1.158
<b>Centro-Oeste</b>	115	171	106	41	11	444
RO	45	6	1	0	0	52
AC	15	5	1	0	1	22
AM	34	13	8	3	4	62
RR	8	5	0	0	2	15
PA	103	26	7	7	0	143
AP	7	4	3	2	0	16
TO	67	47	18	6	1	139
MA	146	44	13	12	2	217
PI	207	12	2	0	0	221
CE	158	18	6	2	0	184
RN	111	44	7	3	1	166
PB	184	28	5	4	2	223
PE	130	29	16	7	2	184
AL	56	15	13	8	9	101
SE	61	8	4	2	0	75
BA	287	66	41	18	3	415
MG	348	338	132	27	7	852
ES	25	40	9	2	0	76
RJ	31	39	13	6	1	90
SP	115	269	194	42	8	628
PR	261	112	22	3	0	398
SC	268	22	2	0	1	293
RS	397	51	12	6	1	467
MS	8	15	34	18	2	77
MT	33	46	28	14	5	126
GO	74	110	44	9	4	241

<sup>16</sup> BUAINAIN, A. M.; SABBATO, A. D.; GUANZIROLI, C. E. Agricultura familiar: um estudo de focalização regional. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XLII. 25-28/07/2004. Cuiabá/MT. SOBER. Brasília/DF: SOBER, v.1, p. 1-20, 2004.

Em 635 municípios, a proporção de estabelecimentos familiares é de 60% a 79,9% do total, sendo praticamente a metade na região Sudeste. À medida que cai a proporção de estabelecimentos familiares, cai o número de municípios: em apenas 257, portanto em menos de 10% do total, os estabelecimentos familiares representam menos de 40% do total do número de estabelecimentos. Quando se consideram os Estados, observa-se uma elevada presença de estabelecimentos familiares nos municípios das regiões Sul e Nordeste e em Minas Gerais e São Paulo (Mapa 2).



Fonte: FAO/Incra.

**Mapa 2** Predominância de agricultores familiares.

Por si só, a informação dos municípios com maior incidência de estabelecimentos familiares já oferece uma primeira indicação de áreas prioritárias para a ação do setor público. No entanto, o número elevado de municípios e a diferenciação dos agricultores sugerem a necessidade de refinar o critério de incidência e de considerar a diferenciação, a fim de identificar, com maior precisão, as áreas de quase concentração da agricultura familiar.

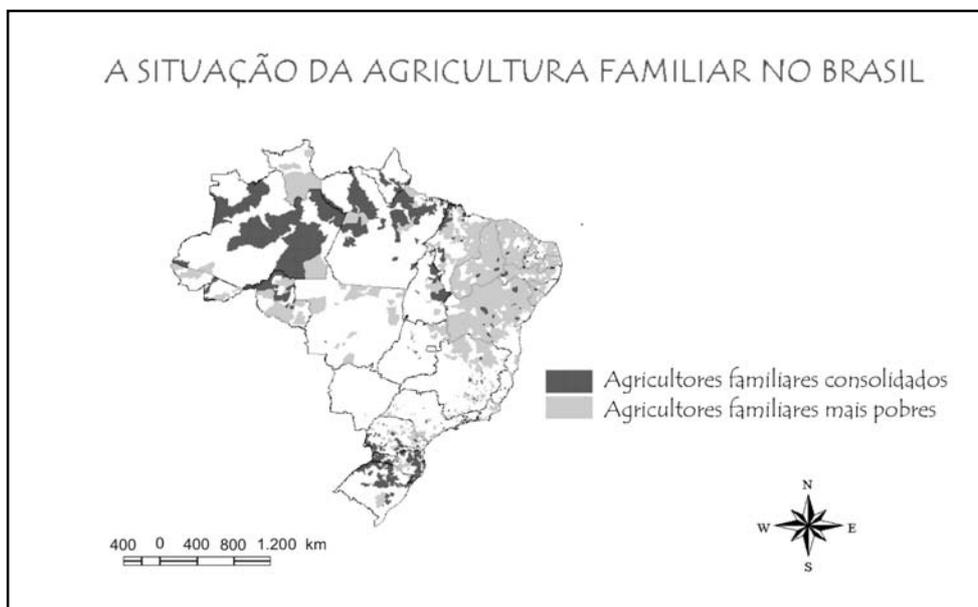
A análise apresentada anteriormente já havia revelado que a maioria dos familiares mais pobres se concentrava nas regiões Nordeste, Norte e Sudeste (em razão da elevada incidência no Norte de Minas Gerais). Já os agricultores dos tipos A e B concentravam-se nas regiões Sul e Sudeste. É provável que os agricultores familiares dos tipos A e B das regiões Sul e Sudeste enfrentem restrições de natureza distinta daquelas que explicam a pobreza da maioria dos agricultores familiares das regiões Norte e Nordeste, o que implica intervir com instrumentos adequados para cada situação.

A fim de conhecer melhor a localização diferenciada dos agricultores familiares, foram selecionados os municípios em que a soma do valor da produção dos agricultores dos tipos A e B era igual ou superior a 60% do valor da produção total do município. A idéia é localizar com mais precisão onde está a “nata” dos agricultores familiares, do ponto de vista da capacidade de produção. Foram identificados 817 municípios com maior incidência de agricultores familiares de rendas médias e altas (mais consolidados), os quais foram plotados no Mapa 3.<sup>17</sup> Isso significou 817 municípios com maior incidência de agricultores familiares de rendas médias e altas (mais consolidados).

Por outro lado, também buscou-se localizar com maior precisão os “bolsões” de agricultores familiares mais pobres. Para isso foram selecionados os municípios em que a soma do número de estabelecimentos familiares dos tipos C e D era igual ou superior a 60% do número total de estabelecimentos do município. Isso significou 1.655 municípios com maior incidência de agricultores familiares de rendas baixas e muito baixas (os mais pobres), também plotados no Mapa 4.

A simples inspeção visual do mapa permite confirmar a presença predominante de agricultores pobres na maioria dos municípios da região Nordeste e no norte de Minas Gerais, uma extensão política do Nordeste. Além disso, mostra a presença, não insignificante, de concentrações de agricultores pobres nas regiões Norte e Sul, em particular no Estado do Paraná, e de algumas manchas na região central do Estado de Santa Catarina e na região da Serra Gaúcha, no Rio Grande do Sul. Já os agricultores de renda mais elevada estão fortemente concentrados nos municípios da região Sul, com algumas manchas espalhadas pelos demais Estados, exceto Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. As manchas relativamente grandes de agricultores familiares consolidados na região Norte, principalmente, não significam que a produção da agricultura familiar, naqueles municípios, seja consideravelmente importante, por vários motivos: a) os municípios são muito grandes, mas o sombreado não significa que toda a área do município esteja coberta por agricultores familiares; b) nessa região pode acontecer que um pequeno número de agricultores prósperos dê conta da maior parte da produção, embora em termos absolutos não seja muito significativa; c) a área dos municípios são grandes e a produção agropecuária, de pouca expressão, mas o número de agricultores é relativamente pequeno e o valor de sua produção também.

<sup>17</sup> Agradecimento a Deagro/IBGE, especialmente a Antônio Florido, pela rapidez e eficiência com que produziu os mapas solicitados, e ao professor Alberto Di Sabbato, da UFF, pelo processamento dos dados.



Fonte: FAO/Incrá.

**Mapa 3** Distribuição dos agricultores familiares de renda mais elevada e mais pobres.

No total do País, as manchas de agricultores familiares consolidados, onde a agricultura familiar representa mais de 60% do VBP municipal, agrupam 431.205 produtores em uma área de 12.134.054 ha; as manchas de agricultores familiares mais pobres, que representam mais de 60% dos estabelecimentos no município, agrupam 1.718.956 produtores em uma área de 22.863.667 ha. Cabe lembrar que o total dos agricultores familiares no Brasil é de 4.139.000 e que os consolidados e os mais pobres somados são apenas 2.150.000, aproximadamente. Esses números estão mostrando, na realidade, os dois extremos: as áreas onde os agricultores consolidados têm maior importância econômica no município e as áreas onde os mais pobres representam a maioria dos agricultores. Ficam de fora quase 2 milhões de agricultores familiares, tanto pobres como de melhor nível de renda, seja por não serem a maioria ou por não terem tanta relevância econômica dentro dos municípios em que estão.

Para refinar a identificação das áreas de maior incidência da agricultura familiar, adotou-se uma metodologia em duas etapas. Na primeira delas foram selecionados os municípios em que o valor da produção familiar era igual ou superior a 50% do valor da produção total do município; em seguida, em cada Estado foi estabelecido um limite, quando necessário, correspondente à mediana superior relativa ao número de

estabelecimentos familiares do Estado, ou seja, foram considerados, entre os municípios em que o valor da produção era igual ou superior a 50% da produção do município, apenas aqueles (classificados em ordem decrescente do número de estabelecimentos familiares) em que a soma dos estabelecimentos familiares alcançava 50% do total de estabelecimentos familiares do Estado. A fim de evitar a presença de municípios que atendessem aos critérios anteriores, mas nos quais o número absoluto de estabelecimentos familiares era pequeno (abaixo de 500 estabelecimentos), a inclusão do município foi condicionada a um limite mínimo no número de estabelecimentos familiares igual a 1% do total de estabelecimentos familiares do Estado (qualquer que fosse o número absoluto). Os resultados são apresentados na Tabela 13.

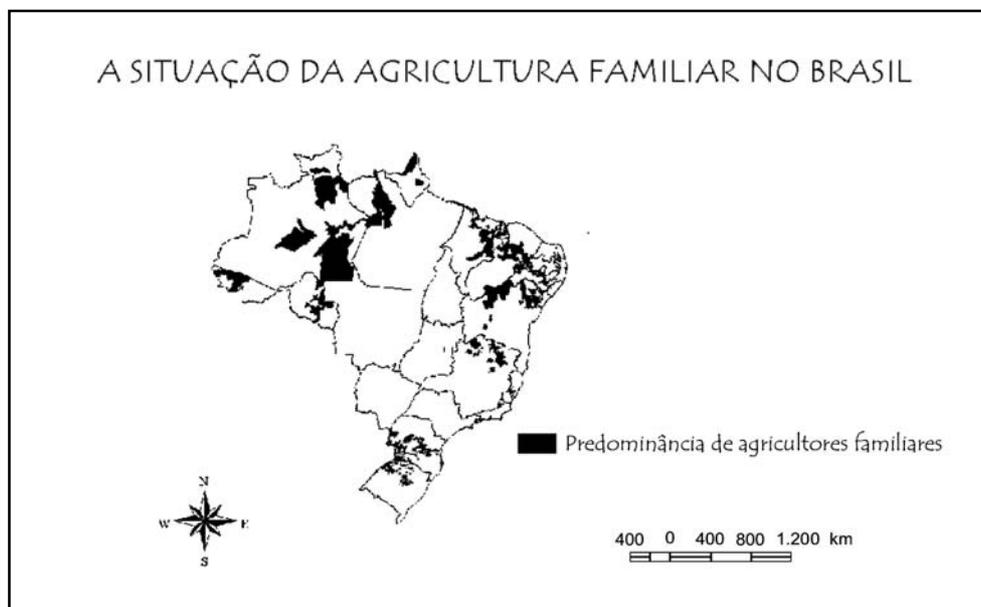
Observa-se que 1.015 municípios em todo o Brasil — localizados em 317 microrregiões e 112 mesorregiões — concentram os estabelecimentos familiares que respondem por mais de 50% da produção do município (e atendem aos outros dois critérios). A maioria está concentrada no Nordeste, demonstrando que, mesmo sendo pobres, os agricultores familiares nordestinos tinham enorme importância econômica. Em seguida, aparece a região Sul, com 307 municípios.

A observação dos 1.015 municípios no mapa de cada Estado mostrou elevada dispersão geográfica. Com o objetivo de identificar áreas de concentração da agricultura familiar, foram excluídos da lista anterior os municípios que, mesmo com o valor da produção familiar igual ou superior a 50% do valor da produção total, tivessem número baixo de agricultores familiares e aqueles isolados em relação às mesorregiões onde se concentra o maior número de municípios de alto valor de produção. Dessa forma, limpou-se o mapa de casos que pudessem ser atípicos, como municípios onde um pequeno número de agricultores familiares fosse responsável pela maior parte da produção (dois produtores responsáveis por 70% da produção, por exemplo), e dos municípios que, embora representativos em número e valor, ficassem muito distantes das regiões onde se concentra o maior número de municípios de agricultura familiar.

**Tabela 13** Número de municípios selecionados pela importância da agricultura familiar.

Região/UF	Classes de % de estabelecimentos familiares sobre total de estabelecimentos do município			Total
	80 a 100	60 a 79,99	40 a 59,99	
<b>Brasil</b>	978	36	1	1.015
<b>Norte</b>	84	8	1	93
<b>Nordeste</b>	397	22	0	419
<b>Sudeste</b>	170	3	0	173
<b>Sul</b>	305	2	0	307
<b>Centro-Oeste</b>	22	1	0	23
RO	14	0	0	14
AC	5	1	0	6
AM	14	0	0	14
RR	5	0	0	5
PA	27	2	0	29
AP	2	1	1	4
TO	17	4	0	21
MA	42	13	0	55
PI	60	2	0	62
CE	47	1	0	48
RN	36	2	0	38
PB	48	3	0	51
PE	44	0	0	44
AL	14	0	0	14
SE	17	0	0	17
BA	89	1	0	90
MG	120	1	0	121
ES	14	2	0	16
RJ	18	0	0	18
SP	18	0	0	18
PR	101	1	0	102
SC	79	0	0	79
RS	125	1	0	126
MS	3	0	0	3
MT	9	0	0	9
GO	10	1	0	11

Desenhou-se, assim, o Mapa 4, no qual se identificam as “manchas” de municípios com alto valor da produção em mãos dos familiares e relativamente vizinhos uns dos outros. São 35 manchas reunindo 564 municípios, pertencentes a 133 microrregiões homogêneas do IBGE. Encontram-se nessas manchas um total de 1.128.865 agricultores familiares de diversas características.



Fonte: FAO/Inkra.

**Mapa 4** A situação da agricultura familiar no Brasil.

Esse mapa identifica, com maior precisão, as áreas onde a agricultura familiar é mais importante em termos de número de produtores e capacidade de produção.

Verifica-se, também, de forma mais clara, que as áreas de maior concentração de agricultores familiares estão no Nordeste, no Sul em parte da região Norte. A simples superposição dos mapas revela que no Nordeste a contribuição dos agricultores familiares pobres para a produção agropecuária municipal é elevada. A delimitação dessas manchas, as quais agrupam tanto agricultores consolidados como periféricos, revela os locais onde a agricultura familiar é realmente importante, somando mais de 50% da produção do município, a partir do esforço conjunto de todos os tipos de produtores, independentemente do tamanho de sua renda. A Tabela 14 apresenta um resumo, com o número de municípios por Estado e mesorregião, número e áreas de estabelecimentos familiares e valor da produção. Nessas manchas, concentra-se uma proporção relativamente baixa de agricultores familiares (27%), os quais ocupam apenas 17% da área total da agricultura familiar e respondem por 25% do valor da produção. A relação entre proporção de agricultores e proporção do valor da produção revela a elevada presença de agricultores pobres nos mesmos municípios, com elevada incidência de agricultores familiares em melhores condições.

Tabela 14 Resumo das “manchas” prioritárias.

UF	Mesorregião	Nº de munic. selecionados	Nº estab. familiares	Área familiar	Valor prod. familiar
RO	Leste Rondonense	13	33.745	1.442.156	118.326.627
AC	Vale do Juruá	4	6.702	344.225	30.443.399
AM	Centro Amazonense	9	22.158	539.975	93.507.751
AM	Sul Amazonense	4	8.575	342.902	40.679.233
RR	Sul de Roraima	4	2.458	234.525	8.356.957
PA	Baixo Amazonas	5	17.633	741.507	47.522.618
AM	Norte do Amapá	2	389	34.326	1.995.099
MA	Leste Maranhense	19	59.220	717.495	62.051.013
MA	Norte Maranhense	19	43.607	188.927	46.793.733
PI	Centro-Norte Piauiense	21	29.805	569.709	25.874.585
PI	Norte Piauiense	15	27.369	397.521	25.348.949
CE	Centro-Sul Cearense	8	27.230	305.876	39.683.711
CE	Sertões Cearenses	11	43.781	1.078.205	69.963.881
CE	Sul Cearense	13	34.837	396.386	48.951.560
RN	Agreste Potiguar	19	21.102	191.292	23.327.799
PB	Agreste Paraibano	29	42.146	271.189	61.186.012
PE	Agreste Pernambucano	24	65.725	414.127	105.673.648
PE	Sertão Pernambucano	17	46.386	798.508	66.376.035
AL	Agreste Alagoano	9	34.308	132.182	30.805.007
SE	Agreste Sergipano	7	23.771	164.646	37.427.488
SE	Sertão Sergipano	5	10.646	182.659	21.885.246
BA	Nordeste Baiano	27	112.716	1.280.646	113.704.504
BA	Vale São-Franciscano da Bahia	10	33.995	636.221	39.956.777
MG	Jequitinhonha	17	17.860	489.474	33.645.562
MG	Norte de Minas	28	33.765	916.347	50.817.314
ES	Central Espírito-Santense	10	14.714	309.721	134.287.257
RJ	Noroeste Fluminense	7	5.607	93.641	26.317.928
PR	Centro-Sul Paranaense	11	17.561	397.638	75.150.828
PR	Oeste Paranaense	19	30.096	562.270	439.531.316
PR	Sudeste Paranaense	13	28.594	613.040	172.593.770
PR	Sudoeste Paranaense	24	36.650	623.912	337.881.342
SC	Norte Catarinense	12	14.946	364.121	165.089.266
SC	Oeste Catarinense	37	45.252	734.016	711.349.817
RS	Centro Oriental Rio-Grandense	21	36.149	484.761	397.797.120
RS	Noroeste Rio-Grandense	71	99.367	1.747.719	847.607.224

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O universo da agricultura familiar no Brasil é extremamente heterogêneo e inclui desde famílias muito pobres, que detêm, em caráter precário, um pedaço de terra que dificilmente pode servir de base para uma unidade de produção sustentável, até famílias com dotação de recursos – terra, capacitação, organização, conhecimento, etc. Dessa forma, muito embora a utilização da categoria “agricultura familiar” seja útil e desejável para fins de política, é preciso assumir, em profundidade, as conseqüências da reconhecida diferenciação dos agricultores familiares e tratá-los como de fato o são: diferentes entre si, não redutíveis a uma única categoria simplesmente por utilizarem predominantemente o trabalho familiar.

No Brasil, os agricultores familiares são de fato pequenos agricultores, representando o tamanho das propriedades, uma das mais fortes restrições para o crescimento sustentável da agricultura familiar. Como foi visto, um número significativo de estabelecimentos familiares são minifúndios que não oferecem condições apropriadas para a sobrevivência da família. Outro traço marcante é a heterogeneidade tecnológica. Mais da metade dos agricultores ainda utiliza a tração humana, isto é, o braço e a enxada como principal força mecânica e instrumento de trabalho. Isolados em meio às grandes propriedades, fragmentados em pequenas parcelas de terra e excluídos do processo de modernização da agricultura nos últimos 30 anos, os produtores familiares enfrentam muitas dificuldades para assegurar a reprodução e a sobrevivência. O reconhecimento objetivo dessa realidade é um primeiro passo no sentido de formular estratégias e políticas apropriadas para apoiar esse segmento.